



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
**COMISSÃO PERMANENTE PARA A MELHORIA DO ENSINO**

**PLANO DE CURSO**

<b>DISCIPLINA</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>CRÉDITOS</b>	<b>PERÍODO</b>
LEGISLAÇÃO E DIREITO AMBIENTAL	8104135	45 horas	03	2016.2 – P5
<b>PRÉ-REQUISITO:</b> Nenhum				

<b>PROFESSOR</b>	<b>CURSO</b>
Evelise Márcia Locatelli de Souza	Bacharelado em Ecologia
<b>EMENTA</b>	
<p>Compreensão das implicações legais do Direito Ambiental como determinante da conduta dos indivíduos, incentivando a formação de uma consciência coletiva. Responsabilidade civil na degradação, poluição e danos ambientais; direito difuso e coletivo; infrações passíveis de perícia ecológica; legislação ambiental, histórico e situação atual; seguro ambiental e responsabilidade civil em danos causados por poluição.</p>	
<b>OBJETIVOS</b>	
a) Geral:	
<p>O propósito é o de propiciar condições para que o aluno adquira conhecimentos básicos sobre tutela jurídico-ambiental, políticas públicas aplicadas ao meio-ambiente, gestão de recursos ambientais e medidas protetivas, punitivas e sócio-educativas.</p>	
b) Específicos:	
<ol style="list-style-type: none"><li>1) Desenvolver no aluno o espírito crítico e reflexivo sobre os temas ambientais da atualidade</li><li>2) Instigar o aluno a desenvolver uma atitude dinâmica e atuante na comunidade em que vive, comprometida com o Meio Ambiente, como agente multiplicador dos conhecimentos auferidos.</li><li>3) Fomentar no aluno a capacidade de análise jurídica das questões sociais e urbanas, com uma preocupação ambiental, tendo em vista os conhecimentos teóricos e práticos obtidos na disciplina</li></ol>	
<b>METODOLOGIA</b>	
<p>Aulas expositivas e dialogadas (utilização de recursos áudio-visuais); estudos dirigidos de textos; apresentação de seminários e palestras.</p>	
<b>RECURSOS DIDÁTICOS</b>	
<p>Utilização de recursos áudio-visuais</p>	
<b>MODOS E MEIOS DE AVALIAÇÃO</b>	
<p>A avaliação dar-se-á de modo processual, sendo os alunos avaliados a partir de sua participação e assiduidade; seminários de pesquisa; trabalhos em grupo; provas escritas e relatórios de campo.</p>	

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### UNIDADE I

1. Histórico/A evolução da consciência global sobre o meio ambiente e desenvolvimento
  - 1.1. Fases da consciência mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento
    - 1.1.1. Conferencia de Estocolmo
    - 1.1.2. Trabalhos do Clube de Roma
    - 1.1.3. Relatório Brundtland
    - 1.1.4. Principais acordos e convenções internacionais sobre meio ambiente
    - 1.1.5. Política ambiental no Brasil
2. Agentes e processos de interferência, degradação e dano ambiental
3. Princípios do Direito Ambiental
  - 3.1. Princípio do Direito Humano Fundamental
  - 3.2. Princípio Democrático
  - 3.3. Princípio da Precaução
  - 3.4. Princípio da Prevenção
  - 3.5. Princípio Responsabilidade
  - 3.6. Princípios do Usuário-pagador e do Poluidor-pagador
  - 3.7. Princípio do Equilíbrio
  - 3.8. Princípio do Limite
  - 3.2. Princípios do direito penal aplicáveis ao tema ambiental
    - 3.2.1. Princípio da legalidade
    - 3.2.2. Princípio da anterioridade da Lei
    - 3.2.3. Princípio Constitucional da pessoalidade da pena
    - 3.2.4. Princípio da irretroatividade da lei penal mais severa
4. Instrumentos de política ambiental
  - 4.1. Principais Instrumentos da política ambiental contemporânea
    - 4.1.1. Instrumentos de Comando e Controle (licenças, zoneamento, padrões)
    - 4.1.2. Instrumentos de mercado (taxas ambientais, certificados de direito a poluir, sistema de depósitos e reembolso, subsídios, rotulagem ambiental, privatização de recursos, seguro ambiental).

### UNIDADE II

5. Princípios (Constituição Federal 1988, art)
6. Competências (Constituição Federal 1988)
7. Constituição Federal – Capítulo do meio ambiente
8. Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938, de 1981
9. Crimes ambientais – Lei 9.605, de 1998
10. Código Florestal – Lei 4.771, de 1965

### UNIDADE III

11. Mineração
  - 11.1. Mineração onde há ocorrência de cavidades naturais
  - 11.2. Mineração em Florestas Nacionais
12. Mata Atlântica –Decreto 750, de 1993
13. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Lei 9.985, de 2000
14. Política Nacional de recursos hídricos – Lei 9.433, de 1997
  - 14.1. Agência Nacional de Águas (Lei 9984/2000)
15. Patrimônio genético e organismos geneticamente modificados – OGM
16. Atos Internacionais: Tratados, Convenções e cooperação internacional.

### **Bibliografia básica**

COPOLA, GINA. 2008. A Lei dos Crimes Ambientais comentada artigo por artigo: jurisprudência sobre a matéria. **Belo Horizonte: Editora Fórum.223 p.**

CUNHA, SANDRA BAPTISTA & GUERRA, ANTONIO JOSÉ TEIXEIRA, (Organizadores). 2000. **Avaliação e Perícia Ambiental**. 2º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 294 p.

MACHADO, PAULO AFFONSO LEME. 2006. **Direito Ambiental Brasileiro**, 15ª ed. rev. São Paulo: Malheiros Editores. 1094 p.

SILVA, VICENTE GOMES DA. 2006. **Legislação Ambiental Comentada**. Belo Horizonte: Editora Fórum.560 p.

SOUZA, RENATO SANTOS DE. 2000. **Entendendo a Questão Ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 461p.

### **Bibliografia Complementar**

BURSZTYN, M. 2008. A grande Transformação Ambiental: uma cronologia da dialética do homem-natureza. Rio de Janeiro. Garamond. 412p.

SILVA, O. F. 2003. Direito Ambiental e ecologia: aspectos filosóficos contemporâneos. Baueri-SP. Manole. 151p.

<b>LOCAL</b>	<b>DATA</b>	<b>ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO</b>